



O MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1979): ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL E AÇÕES REPRESSIVAS DO ESTADO AUTORITÁRIO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3485

Tainara Cristina Egídio Camargo, UEM
Leandro Brunelo, UEM

Resumo

A atuação dos movimentos estudantis no Brasil é um objeto de estudo encontrado em diversas épocas da história do país. Suas primeiras manifestações começaram a ser datadas a partir do século XVII, com a presença dos estudantes brasileiros nas lutas abolicionistas e em prol do regime republicano. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é compreender a atuação do movimento estudantil, especialmente, no período do regime militar brasileiro, enfocando a criminalização dos estudantes e as repressões sofridas por esse grupo social entre os anos de 1964 a 1979. Para que alcancemos nosso intento, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre o tema em pauta e elencaremos os principais dados e informações referentes aos estudantes que foram presos durante o período acima citado e que constam na massa documental produzida pelo projeto Brasil Nunca Mais (BNM). A execução do projeto foi coordenada pelo arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns e pelo reverendo James Wright. A tecnocracia era uma marca muito forte do governo militar, então, uma das medidas era registrar todas as atividades realizadas pelo Estado, o que gerou um acervo documental expressivo. Por meio desse *corpus* documental organizado pelo projeto BNM e que abrange vários grupos políticos que foram perseguidos e presos pelo regime militar, poderemos compreender como funcionavam as lógicas de suspeição e de repressão do Estado Autoritário e como elas afetavam a vida social dos estudantes que se organizavam para lutar contra o regime militar e reivindicar o estabelecimento da democracia no Brasil.

Palavras Chave:

Movimento estudantil;
Brasil: Nunca Mais;
regime militar; repressão
política.

Introdução

A atuação dos movimentos estudantis no Brasil é um objeto de estudo que pode ser encontrado em diversas épocas da história do país. Suas primeiras manifestações começaram a ser datadas a partir do século XVII, com protestos e com a presença dos estudantes brasileiros nas lutas abolicionistas e em prol do regime republicano. A partir de 1937 as entidades estudantis ganharam mais destaque com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo Arthur José Poerner (1979), a UNE da década de 1940 é geralmente retratada pela historiografia com certo saudosismo. Entre as pautas defendidas pelo movimento podia-se destacar a oposição ao fascismo alemão de Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial, a campanha Pró-Aviões e a Campanha Pró-Banco de Sangue para os feridos na guerra. Na década de 1950, a entidade tomou outros caminhos e direcionou o seu foco para as questões nacionais, como por exemplo: oposição à elevação de aumentos de preços e a defesa do nacionalismo e, também, em pautas voltadas para a educação como a reforma universitária e a defesa da escola pública.

Contudo, após o golpe civil-militar desfechado na década de 1960 e que derrubou o então presidente da República, João Goulart, a UNE se tornou uma resistência ao Estado de exceção. O governo do general-presidente Castelo Branco sancionou em 9 de novembro de 1964, a lei Suplicy de Lacerda, que retirou legalmente a representatividade da instituição, obrigando-a a atuar na ilegalidade.

O governo militar promulgou, também, a lei 4.464/64, que por meio do seu artigo 22, extinguiu a UNE, sob a acusação de “[...] servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos

Diretórios Estaduais”, revogando o antigo Decreto-Lei no 4.105/42, que reconhecia a entidade como representante nacional dos estudantes.

Considerando o exposto, esse texto, derivado de um Projeto de Iniciação Científica (PIC), almeja entender a lógica repressiva do Estado Autoritário entre os anos de 1964-1979, direcionada contra os opositores do regime militar, em especial, os estudantes. Seleccionamos o marco temporal 1964-1979, pois foi nesse período que houve a duplicação e a análise dos processos procedentes do Superior Tribunal Militar (STM) por parte do projeto BNM.

Justificativa

Segundo Lindomar Wessler Boneti (2007), os movimentos estudantis são caracterizados como movimentos sociais. Sendo assim, são de grande importância para assegurar e reivindicar direitos para o grupo que representa. Nesse sentido, o movimento estudantil se pauta em discussões sobre educação, porém diversos momentos da história exigiram que o movimento focasse em áreas além daquilo que defendiam. Podemos constatar nas palavras de José Roberto Martins Filho que “os movimentos estudantis em vários momentos da história da atuação política da juventude, conseguiram visualizar o movimento universitário como manifestação popular que extrapolava as demandas internas da universidade” (1987, p.20).

Por meio de estudos dessa natureza, em especial sobre o movimento estudantil durante o regime militar, podemos constatar a maneira como os estudantes tomavam as ruas para se opor ao Estado Autoritário, reivindicar a democracia e o direito de liberdade de expressão.

Objetivos

O presente trabalho tem como

objetivo discorrer sobre os primeiros resultados do PIC iniciado em agosto de 2017 que tem como pauta a atuação do movimento estudantil e as repressões sofridas pelos estudantes no período de 1964-1979. Entre esses resultados estão questões sobre a legalidade e legitimidade autoritárias, sobretudo as promulgações dos Atos Institucionais (AIs), das Leis de Segurança Nacional (LSN) e as instaurações de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), assim como a ação dos organismos de segurança contra os opositores do regime militar; em especial os estudantes.

Resultados

O movimento estudantil foi uma das maiores forças de oposição ao regime militar brasileiro, porém antes de iniciar um debate sobre essa resistência, é necessário observar o histórico das leis de repressão do Estado Autoritário, após o golpe civil-militar de 1964. O Ato Institucional n.1 foi decretado, o AI-1, redigido pelo jurista Francisco Campos e o advogado conservador, Carlos Medeiros da Silva, previa a instauração de inquéritos tanto individuais quanto coletivos para apurar crimes contra o Estado. Com base em tudo que o AI-1 previa, diversos professores, políticos, sindicalistas e esquerdistas, no geral dividiram-se em duas frentes: aqueles que continuavam atuando na clandestinidade e aqueles que deixaram de lado a militância.

Logo nas primeiras horas depois do golpe, ficou também evidente como seria a relação de forças entre o novo governo e o movimento estudantil, segundo relata Artur José Poerner, no artigo intitulado “A verdade do movimento estudantil”, publicado no *Jornal do Brasil* de 6 de novembro de 1966:

No dia 1 de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal a UNE foi invadida, saqueada e queimada

num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica (apud SANFELICE, 1986, p. 29).

Como o movimento estudantil já havia assumido um posicionamento político contrário àqueles que tomaram o poder, passaram a sofrer muitos ataques após o golpe, configurando um período de relações conflituosas entre estudantes e governo. Até as verbas oficiais, aprovadas pela Câmara dos Deputados, que as entidades estudantis recebiam antes do golpe, foram cortadas.

Com os militares no poder, o primeiro ato de repressão contra o movimento estudantil foi caracterizado pela invasão, destruição e incêndio da sede da UNE, localizada na praia do Flamengo, Rio de Janeiro. Esse episódio deixou evidente o sentimento de repúdio que os conservadores e os militares tinham pela entidade, principalmente, pelos seus princípios revolucionários. Além da UNE, outras instituições foram invadidas como: a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e a pior intervenção aconteceu na Universidade de Brasília (UNB), que teve seu *campus* invadido por tropas policiais, com professores e todos os membros de organizações estudantis presos (GUSSON, 2008).

Quando Castelo Branco assume em 15 de abril, se inicia um período chamado de “Operação Limpeza”, que tinha como objetivo “limpar” todos aqueles que estavam envolvidos no antigo governo de João Goulart, em movimentos revolucionários e partidos comunistas como descreve Maria Helena Moreira Alves (1989).

O objetivo era varrer todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas, ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais,

professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (p. 59)

Após a “Operação Limpeza”, surgiu uma lei de repressão ao movimento estudantil. Diante dos ideais revolucionários da UNE, o governo do general-presidente Castelo Branco sancionou em 9 de novembro de 1964, a lei Suplicy de Lacerda, que retirou legalmente a representatividade da instituição, obrigando-a a atuar na ilegalidade. O governo militar promulgou, também, a lei 4.464/64, que, como lembrou Maria de Lourdes A. Fávero (1995), dispunha sobre a atuação dos estudantes nas escolas, sublinhava que os órgãos de representação estudantil não podiam participar de qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves. Além disso, determinava que os diretores de faculdades, de escolas e reitores incorreriam em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitissem o não-cumprimento da lei.

Essa lei limitava as entidades estudantis e seu campo de atuação, como pontuou José Chrispiniano (2004):

(...) autorizava a existência do Diretório Acadêmico (DA), do Diretório Central de Estudantes (DCE), do Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e do Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Os DAs e DCEs não podiam ter atuação político-partidária e deveriam indicar os representantes discentes nos órgãos colegiados (p. 71).

Ainda no mandato do general-presidente Castello Branco por meio do Decreto Lei no. 43.341 de 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado e serviu, dentre outras atribuições, para vigiar os órgãos do governo e a sociedade de uma maneira

geral.

(...) o famigerado SNI, erigido à categoria de ministério e tornado, desde logo, peça essencial do regime, com tal importância que nele passaram a ser recrutados os sucessivos ditadores militares (...) não demorou em estender-se a todo território e a todas as atividades nacionais, com orçamento secreto e dotações gigantescas. (...) Montado o SNI, seu pleno funcionamento não teve mais limites, alcançando desde investigações sobre problemas de gravidade indiscutível até a aprovação de nomeação de funcionários subalternos, em que seu pronunciamento se tornou obrigatório. Os poderes do SNI ampliaram-se de tal maneira que nada se fez no país, desde sua criação, que não passasse pela sua teia e fosse submetida à sua aprovação. O SNI tornou-se uma das peças mais características da ditadura (...) implantada no Brasil (SODRÉ, 1984, p. 96).

Em 1965, ocorreu um impasse em relação as eleições estaduais que deveriam acontecer naquele ano. O grupo militar chamado de “Linha Dura” defendia a manutenção das medidas impostas pelo AI-1 indo contra a realização das eleições. Contudo, existia o grupo chamado de “Sorbonne”, mais intelectualizado, e que se posicionava contra os ideias da “Linha Dura”.

Com base nesse conflito, o governo promulgou a Lei da Inelegibilidade – Emenda Constitucional n. 14, de 3 de junho de 1965, com a finalidade de afastar candidatos indesejados, o que não foi eficiente, uma vez que alguns candidatos de oposição venceram as eleições em alguns Estados

O Ato Institucional n. 2 (AI-2), deu continuidade às perseguições e extinguiu todos os partidos implantando o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que era um partido de apoio ao governo, e o Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) partido de oposição consentida pelos militares.

Em 5 de fevereiro de 1966, o Ato Institucional n. 3 (AI-3) entrou em vigência com a função de regulamentar eleições estaduais. A partir de então, os governadores deveriam ser indicados de forma indireta. Segundo Cavalari (1987, p. 27), “uma nova Constituição tornava-se imperiosa para incorporar como poder constitucional as medidas excepcionais contidas nos Atos Institucionais anteriores. Ela representava uma forma de dar legitimidade ao governo”.

Com alguns conflitos relacionados a eleição dos governadores, no dia 7 de dezembro de 1966, o presidente decretou o Ato Institucional n. 4 (AI-4), que levou a uma nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.

Em relação à legalidade que o universo repressivo do governo adquiria, podemos mencionar também a lei n. 5.250, promulgada em 10 de fevereiro de 1967, e objetivava conter manifestações artísticas e culturais que eram consideradas subversivas contra a ordem política e social.

Durante o governo de Castello Branco, além da nova Constituição, foram aprovadas mais de 700 leis, 11 Emendas Constitucionais, baixados 312 Decretos-Lei, 19.259 Decretos, 4 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares e 3.747 atos punitivos.

Em 15 de março de 1967 general Arthur da Costa e Silva tornou-se presidente com a promessa de reestabelecer a democracia, porém essa promessa não passava de uma mentira, já que tratava de reprimir qualquer manifestação revolucionária. Para Flavia Angelis Santana:

Em 5 de abril de 1968, baixou um decreto proibindo as atividades políticas da Frente Ampla, sob o pretexto

desta estar estimulando a agitação estudantil. Além disso, a imprensa foi impedida de publicar qualquer declaração referente à organização ou a qualquer um dos seus membros. Embora tenha enquadrado a Frente Ampla, as manifestações dos estudantes e de trabalhadores continuavam pelo país, desafiando o governo. Este, por sua vez, também foi se radicalizando, até levar a repressão às últimas consequências no final de 1968, como será visto mais adiante.

Nesse período, o movimento estudantil foi uma das maiores forças de oposição contra o regime militar e a repressão sobre o grupo dos estudantes era expressivo. Para Poerner (1995):

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. Tratava-se (...) de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo (...) fosse alcançado (...) valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país (p. 204).

O ano de 1968 foi um ano marcado por lutas do movimento estudantil e a reivindicação desse grupo social não era derrubar a ditadura militar, mas sim uma melhor inserção no mercado

de trabalho do país naquele momento. Os estudantes sabiam que apenas teriam um lugar no mercado de trabalho se tivessem um ensino superior de qualidade. Dessa forma, acamparam no pátio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e sofreram repressão policial.

As reivindicações estudantis podem ser divididas em duas categorias. Primeira: as reivindicações de ordem educacional, como mais vagas nas universidades e verbas, e a segunda: luta pelo direito de liberdade democrática.

Sobre a primeira questão, podemos citar que a pressão pelas vagas era imensa, pois no período entre 1964 e 1968 o número de candidatos aumentou em 120% e as vagas em apenas 56%. Como as vagas eram insuficientes e o sistema era o de vestibular individualizado, surgiu a figura do excedente, que era considerado intelectualmente incapaz de conseguir uma vaga. Estes que foram protestar no pátio do Ministério da Educação e o ministro, Tarso Dutra, usou de violência para conter os jovens.

Sobre a segunda questão surgiu um fato que marcou aquele período, a saber, a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. Também deve-se ressaltar que da mesma maneira que havia uma movimentação dos estudantes de esquerda, também havia uma parcela que defendia o governo militar. Em São Paulo onde havia mais concentração desses estudantes, foi criado o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com diversos estudantes da Universidade Mackenzie, considerada na época um núcleo de concentração da direita.

Sobre a morte de Édson Luís Lima Souto no restaurante Calabouço no dia 28 de março de 1968, Zuenir Ventura (1989) descreveu.

A tropa chegou às 18:00h, brandindo cassetetes. Os estudantes fugiram em duas direções e depois se reagruparam, avançando sobre os

policiais com paus e pedras. Os soldados começaram então a recuar e a área fronteira ao restaurante ficou deserta. Ziraldo, que também trabalhava na mesma revista, disse à Comissão de Inquérito: “Quando os soldados voltaram começou o tiroteio, vindo do edifício da Legião Brasileira de Assistência. Os estudantes fugiram em polvorosa das proximidades e, nesse momento, eu vi um policial, em posição característica de tiro, saindo da galeria, e alguém caindo.” Sem horário de verão, às seis da tarde já era noite, o que impediu que as testemunhas vissem que o tiro saía do revólver do aspirante da PM Aloísio Raposo para atingir mortalmente o coração do estudante Édson Luís (p. 104).

A notícia da morte de Edson Luís se espalhou rápido e no seu enterro uma multidão marchou com faixas de homenagem ao estudante, na qual uma delas estampava os seguintes dizeres: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”

Em 5 dezembro de 1968, o Ato Institucional n.5 (AI-5) entrou em vigor. Nesse contexto político assinalado pela luta armada, podemos encontrar a presença de muitos estudantes. Uma pesquisa feita em 1970 pelo Exército, constatou-se que cerca de 56% dos presos políticos eram estudantes. Dentro desse universo numérico, 80% eram homens e a idade média era de 23 anos. Com base nesses dados podemos observar que o movimento estudantil foi o primeiro passo dos jovens para o engajamento em organizações armadas e de oposição ao regime militar.

Considerando todos esses dados até o momento, tomamos ciência por meio das pesquisas acadêmicas realizadas e historiografia, o trabalho do Estado no sentido de coibir qualquer ação de grupo social considerado subversivo e perigoso para a ordem social. Muitas pessoas foram perseguidas, torturadas e presas e o resultado dessas ações foi a produção de

documentação que registrava as prisões efetuadas, o trajeto jurídico dessas pessoas na Justiça brasileira, etc.

O projeto **Brasil: Nunca Mais** (BNM), por exemplo, continha as informações sobre as ações da polícia política e a repressão sofrida pelos estudantes que constam nos processos-crime. A partir de 1979, com a decretação da anistia, foi possível que James Wright e os seus colegas advogados tivessem acesso aos arquivos do STM, dos quais poderiam retirar os processos que envolviam os seus clientes para estudá-los e preparar a argumentação de defesa. O prazo que podiam ficar com a documentação em mão era de 24 horas. Mesmo assim, iniciou-se um trabalho que por anos a fio se apresentou intermitente e se caracterizou por ser audacioso devido ao fato de todos os processos que eram retirados da Justiça Militar serem fotocopiados.

O trabalho era de dez horas diárias e se estendia por toda a semana, envolvendo 12 advogados que retiravam um processo por dia dos arquivos da Justiça Militar. Para Wright, a previsão que se tinha sobre os serviços que estavam ocorrendo, era que uma razoável quantidade de documentos fosse duplicada. Contudo, depois de 3 anos de trabalho metade do arquivo havia sido fotocopiado. Mais de um milhão de páginas no total ou, mais precisamente, 707 processos na íntegra que se encontravam em movimento na esfera da Justiça Militar desde o ano de 1964 até 1979 e que envolviam aproximadamente 7 mil acusados ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O BNM apontou que o Exército foi o principal agente de repressão, sendo responsável direto por 1.043 prisões, além de outras 884 efetuadas pelos DOI-CODIS. Conforme ressaltou a pesquisa:

Quando se estuda a variação ao longo dos anos do tipo de acusação mais frequente nas denúncias dos processos, verifica-se uma

distribuição que vale como fotografia da triste história de uma repressão que se abate sobre um tipo de atividade, e induz o surgimento de outras, mais duras. Nos processos mais próximos a abril de 1964 e, de um modo geral, nos que se desenrolaram antes da decretação do AI-5, o maior grupo de acusações se encontra no item referente à participação em entidades ou movimentos sociais: era a fase dos IPMs voltados contra o movimento sindical, as mobilizações nacionalistas entre militares, atividades estudantis e órgãos de representação da sociedade civil. A partir de 1969, entretanto, a acusação predominante passa a ser a militância em organizações partidárias proibidas, crescendo intensamente no período Médici o item referente a ações armadas (BNM, 1985, p. 87).

Considerações finais

A proposta do presente trabalho foi mostrar os primeiros resultados do início do Projeto de Iniciação Científica, tendo como recorte temporal o período de 1964-1979 e os arquivos do projeto Brasil; Nunca Mais, resgatando a história do movimento estudantil, suas pautas nesse período, sobre a precariedade do ensino superior que foi o ponto inicial para levar mais jovens ao movimento estudantil.

No geral, com esses resultados obtidos com as leituras iniciais, pode-se concluir que o estudo do movimento estudantil, durante o regime militar, oferece diversas informações, ficando evidente os diversos momentos pelos quais o movimento passou. Sendo assim, um período de grande importância para a história do movimento estudantil e de entidades como a UNE, o desfecho de todos esses conflitos ficaram marcados na história e de como essa resistência estudantil foi uma das principais forças de oposição ao Estado Autoritário.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964- -1984). Petrópolis: Vozes, 1989.
- ALVES, Márcio Moreira, 1936-A481s **68 mudou o mundo** / Márcio Moreira Alves; prefácio de Gilberto Dimenstein. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais hoje. In: JESINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de L. Pinto de (Orgs). **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. p.110.
- CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1981: 197-8, apud SANFELICE, 1986, p. 155.
- CAVALARI, Rosa Maria F. **Os limites do movimento estudantil: 1964 – 1980**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. CHRISPINIANO, José. **Na criação do DCE livre, uma derrota da ditadura**. REVISTA ADUSP, no. 33, outubro de 2004, p. 69-80
- FÁVERO, Maria de L. de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- GUSSON. Claudia M. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.
- SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora/ Editora Autores Associados, 1986.
- SANTANA, Flávia De Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SODRÉ, Nelson W. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- VENTURA, Z. 1968: **O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,